

SINTSEPPAJORNAL

Nº 25 | SETEMBRO/2017

TELEFONE : (91) 3210 09 30 SITE: WWW.SINTSEPPA.ORG.BR FACEBOOK: SINTSEP-PA

PARALISAR NO DIA 14/09 CONTRA O PACOTAÇO DE TEMER

JURÍDICO: NÃO
CAIA NO GOLPE
DO FGTS! P.06

PROJETO QUER
DEMITIR
SERVIDOR "INEFICIENTE" P.02

REGIONAL DAS ILHAS
TEM NOVA SEDE P.08





UM SEMESTRE DE MUITAS LUTAS

Durante o 1º semestre de 2017, o Sintsep-Pa foi parte de um dos maiores processos de mobilização dos últimos anos. Lutamos muito contra as reformas trabalhista e previdenciária que Temer queria aprovar ainda fevereiro.

As águas de março não trouxeram calma para o Governo. A Greve Mundial das Mulheres de 8 de março se expressou aqui com grandes atos contra a PEC 287. Em seguida, milhares tomaram as ruas nos dias 15 e 31/03. A força dessas mobilizações obrigaram as centrais a finalmente convocar Greve geral para o dia 28/04.

A Greve Geral do dia 28/04 deixou o governo e o mercado assustados. Foram mais de 40 milhões de adesões em todas as capitais do Brasil e mais 270 cidades, envolvendo diversas categorias e provocando um prejuízo de R\$5 bilhões só no comércio. Fomos parte ativa desse processo realizando mais de 40 assembleias que aprovaram por unanimidade ou ampla maioria a adesão ao movimento paredista. O resultado foi o aprofundamento da crise institucional, com as delações da JBS, com a base aliada deixando o governo isolado e sem forças para aprovar as reformas naquele momento. Infelizmente as centrais não convocaram

imediatamente uma nova greve.

Com o governo por um fio, fomos à Brasília no dia 24/05, onde 150 mil pessoas ocuparam a esplanada dos ministérios. A polícia nos reprimiu violentamente e a maioria das centrais sindicais recuou enquanto os trabalhadores e estudantes (muitos da base dessas centrais) resistiram e por pouco não ocuparam o congresso. O SINTSEP-PA esteve presente com mais de 70 servidores. A marcha se encerrou com os trabalhadores gritando: “Temer Fora! Congresso fora! Greve geral de 48 horas”.

Na contramão de nossa disposição de luta, as centrais convocaram greve geral somente para um mês depois da marcha (30 de junho) enquanto atuavam nos bastidores para desmontá-la. Realizaram uma reunião “informal” onde aprovaram um panfleto que falava apenas em “Junho de Lutas” suprimindo o termo “greve Geral”. A única central a denunciar esse desmonte foi a CSP-Conlutas.

O dia 30/06 foi de mobilizações e lutas, mas graças ao desmonte promovido pelas centrais, não chegou a ser uma greve geral. Se assim o fosse, Temer provavelmente não estaria de pé. Para além de dar sobrevida a Temer, essa traição permitiu que a Reforma Trabalhista fosse

aprovada no dia 12/07 sem que as centrais chamassem atos e protestos. A mesma postura foi verificada no dia em que congresso corrupto absolveu Temer das denúncias de corrupção. Aliás, já faz um bom tempo que essas CUT e CTB vêm abandonando a pauta do “Fora Temer” e abraçando o projeto Lula 2018. Não à toa, frente ao terrível pacote de temer contra o serviço público federal a CUT, ao invés de conclamar a Greve da categoria, lançou uma vaga proposta de plenária nacional do setor a ser realizada ATÉ O FINAL DO ANO.

Esses fatos nos levam afirmar que hoje no Brasil existe um grande acordo que engloba os grandes partidos (PT, PMDB, PSDB) com o objetivo de: a) livrar a cara de todos os denunciados por corrupção (Temer, Aécio, Lula, etc...) e b) Garantir estabilidade do regime até 2018. As direções da CUT e da CTB fazem parte disso.

Graças ao acordo Temer aprovou a reforma trabalhista, aprovou sua absolvição na Câmara dos Deputados e tem sobrevida para retomar a batalha pela aprovação da PEC 287. Por isso não é hora de baixar as bandeiras.

No início de agosto os servidores federais se reuniram no Fonasefe. Apesar das deliberações terem sido aquém do esperado, vemos que apesar das traições, há disposição de luta. Foi aprovada a construção de greve para setembro, juntamente com as lutas de algumas categorias da iniciativa privada, num esforço de unificação.

Portanto, o próximo passo já está definido: Paralisar no dia 14/09 e construir pela base uma greve dos SPFs por tempo indeterminado, com assembleias em cada local de trabalho para aprovar nossa pauta de reivindicações e derrotar nas ruas Temer e seus ataques contra os trabalhadores. Eis nossa prioridade!

SINTSEPPAJORNAL

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - SINTSEP-PA

Tiragem: 5.500 exemplares.

Coordenação de Imprensa e divulgação: Claudiane Sousa, Tatiana Borges e Herberth Amoras

Assessoria de Imprensa: Joice Souza e Raphael Castro

Fotos: Assessoria de imprensa, Portal Cultura (Camila Lima),

DEMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO?

Projeto de Lei do Senado quer demitir servidores por “ineficiência”.

Claudiane Souza

Diretora de Imprensa - Sintsep-Pa

Raphael Castro

Assessoria de Imprensa - Sintsep-Pa

Mais um ataque aos servidores está sendo desenhado no Congresso Nacional. De autoria da Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o PLS nº 116/17 tem como objetivo tirar a estabilidade de servidores públicos das três esferas, permitindo demitir “servidores incompetentes”. Um reforço ao PLC 248/1998, que também propunha demissão de servidores. Atualmente tramita na Comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do senador Lasier Martins (PSD-RS), que defende o projeto com algumas alterações. O PLS 116 institui avaliações semestrais (com dois fatores avaliativos fixos e cinco variáveis) realizadas pela chefia imediata a quem caberá definir os fatores variáveis e atribuir pesos aos itens avaliados, podendo inclusive, escolher critérios distintos para avaliar diferentes servidores. O servidor que receber avaliação inferior a 30 pontos (em 100) por três vezes consecutivas ou nota inferior a 50 pontos por cinco vezes em um período de 10 anos será exonerado do funcionalismo público.

Agora imagine-se tendo como chefe imediato aquele indicado político que chega ao órgão público com o rei na barriga e esperando que todos o sirvam porque ele/ela é a autoridade. Sabe-se que, infelizmente, é comum essas figuras quererem ser reverenciadas, pois dispõem de uma esfomeada necessidade de autoafirmação.

Leia o PL e fique atento a cada jogo de palavras que ele trás. Não se deixe enganar por mais essa armadilha do governo. Lute contra o PL! Lutar contra o PL 116/2017 é lutar pela qualidade e independência do serviço público e contra a legalização do assédio moral.

*** Confira matéria completa com análise dos principais fatores de avaliação propostos pelo PL 116/17 no site sintseppa.org.br**

CRITÉRIOS QUE NÃO CONDIZEM COM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os fatores fixos da avaliação, qualidade e produtividade, já trazem um acentuado viés de subjetividade de quem avalia:

“I - Qualidade: o avaliado realiza os trabalhos de forma adequada à finalidade a que se destinam, observando as normas e os procedimentos do órgão, e toma as providências necessárias para evitar a reincidência de erros e contribuir para a melhoria contínua;

II – Produtividade: o avaliado realiza os trabalhos a ele atribuídos com tempestividade, contribuindo para a obtenção dos resultados da unidade com eficiência e eficácia.”

Quantas vezes você já recebeu uma tarefa sem nenhuma condição para que ela fosse realizada, e depois lhe cobraram os resultados como se tudo tivesse corrido dentro da mais perfeita normalidade, como se todas as condições para a realização da ação tivessem sido supridas? Muitas. Com esse projeto gestores cínicos poderão fazer você perder seu cargo.

Os fatores variáveis têm mais problemas ainda. Cheios de arbitrariedades, os pontos avaliados dependerão completamente da percepção e boa ou má vontade do chefe imediato.

MEDIR O DESEMPENHO OU REONSABILIZAR OS SERVIDORES ?

Ainda que o PLS tratasse realmente de desempenho, já teria muitos problemas, haja vista que a realidade do serviço público é de demandas crescentes e orçamento cada vez menor o que precariza as condições de trabalho e inviabiliza a prestação de serviços em quantidade e qualidade adequadas. A conta é sempre cobrada dos servidores públicos, como se sua presença fosse capaz de suprir todo o resto.

A responsabilidade da alardeada ineficiência dos serviços públicos é colocada na conta

dos servidores, sem levar em contas outras questões como a utilização do serviço público para palanque político de candidato A ou B, o apadrinhamento político, a corrupção e a falta de verbas.

Este PL cai como luva para o discurso midiático mentiroso de que o servidor público é ineficiente, preguiçoso, caro. Mas, como já adiantamos: não se trata de desempenho, o que o projeto tenta criar é legalização do abuso de autoridade e do assédio moral e a figura oficial do capachão.

FIM DA ESTABILIDADE: MAIS FACILIDADE PARA A CORRUPÇÃO

Com a estabilidade no serviço público, a corrupção encontra limites. Quantas falcatruas já foram barradas por servidores públicos que ousaram e ousam enfrentar esses desmandos, pois tem a segurança da estabilidade? Com o PL 116/2017, esses limites ficam muito mais frouxos, pois o servidor público passa a ter a insegurança de um trabalhador celetista, só que sem o FGTS e sem direito à indenização.

A proposta é absurda, pois de acordo com esse PL você nunca será um bom servidor, tendo em vista que a pontuação máxima

somente será atribuída a quem for "extraordinário". “I – igual ou superior a 9 pontos: o avaliado superou de forma excepcional o esperado para o fator avaliativo;” (...) a próxima avaliação que não conta com excepcionalidade, entre 7-9 o atendimento é acima do esperado e a pontuação 7-5 refere-se ao avaliado que atendeu o esperado, ainda que necessitando de ajuste e assim sucessivamente. Os resultados coroam o assédio moral. Você, eu, nós nunca seremos bons o suficiente para um congresso de parasitas.

SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL



PARALISAR NO DIA 14/09

Fora Temer, suas reformas e seus pacotes de ataques

Frente aos novos ataques de Temer, o Fórum de entidades nacionais do serviço público aprovou-se o dia 14 de setembro como um dia de paralisações, integrando-se às lutas nacionais de outras categorias, em especial os metalúrgicos de São Paulo que sinalizam greve para este dia.

É preciso enfrentar esses ataques de forma unificada, construindo uma forte greve do conjunto dos servidores federais e coordenando ações unificadas com as campanhas salariais das demais categorias nesse segundo semestre.

Não podemos aceitar as reformas neoliberais que tiram direitos, o ajuste fiscal contra os Serviços Públicos e o arrocho contra os trabalhadores, muito menos tolerar a corrupção e os corruptos. Nossa tarefa é construir um calendário unificado de luta dos servidores, uma greve de todas as categorias da esfera federal, unificando nossa luta com os demais servidores para superar a traição das burocracias sindicais.

Campanha Salarial 2018

Os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, pejorativamente chamado de carreirão, que são regidos pela Lei 11.357, de 19/10/2006 (e suas alterações) e servidores de outros planos (PST, por exemplo), ganham muito abaixo do que alardeia a imprensa tentando culpar os servidores pela suposta falta de dinheiro no orçamento. Nos anexos que acompanham a lei do PGPE estabelecem que o vencimento básico inicial dos servidores ocupantes de cargos de nível superior em janeiro de 2017 é de míseros R\$2.220,09, somando-se isso uma gratificação que, dependendo de avaliação, pode chegar a R\$ 3.519,00. Portanto, a parte variável (gratificação) do salário de um servidor do PGPE é maior que a parte fixa (chamado vencimento básico).

Para os servidores desses planos, o acordo conquistado em função da greve de 2015, esgotou-se com as parcelas pagas em 2017, uma vez que foi

um acordo de reajuste de 5,5% para 2016 e de 5% para 2017 e o anúncio do congelamento veio mais cedo, desde fevereiro, quando Temer disse que não haverá reajuste em 2018. A justificativa de Temer é que está proibido de conceder qualquer reajuste em função da Emenda Constitucional 95 (a PEC 55), aquela que congela salários e investimentos em serviços públicos por 20 anos.

Protocoladas desde fevereiro, as diversas solicitações de negociação propostas pelas entidades de servidores federais (que compõem o Fonasefe) tiveram como resposta do governo aquilo que satisfaz ao mercado: reajuste zero. Mas nós não podemos nos satisfazer nem com a resposta do governo nem com sua justificativa. A urgente organização da greve unificada no serviço público deve ser nossa resposta ao governo.

E todo o funcionalismo público está sendo atacado: servidores das carreiras típicas de estado terão seus salários congelados e

não receberão as duas últimas parcelas de reajuste previstas em lei.

Aliado ao congelamento salarial anunciado desde já para 2018, todas aquelas medidas de ajuste anunciadas, já seriam no mínimo, motivo suficiente para estarmos em greve do funcionalismo por tempo indeterminado, até colocar esse governo de corruptos para fora.

Mas tanto a Direção cutista da Condsef quanto as direções das demais entidades não ousaram dar esse passo. Na reunião do Fonasefe ocorrida nos dias 04 a 06 de agosto, não aprovaram um calendário que aponte para uma data concreta de construção de greve, algumas inclusive deixaram fora da pauta o "Fora Temer", o que, por causa do regime de consenso que vigora na aprovação das deliberações do Fórum, teve que ser acatada pelas demais. E mesmo diante desse quadro a Condsef só chama Plenária Nacional da categoria para o dia 16 de setembro. Assim, Temer não para!

OS ATAQUES DE TEMER

“CADA SERVIDOR CUSTARÁ 70% MENOS”!

No dia 15/08 o governo anunciou medidas que atacam em cheio o bolso dos servidores federais: adiamento em um ano dos reajustes salariais já acertados e congelamento de salários, redução no teto da remuneração inicial do funcionalismo (R\$ 2.800/nível médio, R\$ 5.000/nível superior), corte de vários auxílios assegurados atualmente à categoria, redução de gasto com ajuda de custo, corte no pagamento do auxílio-reclusão, revisão salarial por meio de reestruturação de carreiras, aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% e revisão de benefícios.

O governo também prevê a extinção de 60 mil cargos, ou seja, cargos que deveriam ser ocupados via concurso público serão rifados para empresas terceirizadas.

Na contramão disso o governo segue fazendo loteamento político e nomeando cargos comissionados de acordo com suas barganhas no Congresso.

MP 792/2017 E DEMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

O Institui no serviço público federal o Programa de desligamento voluntário (PDV) visando atingir 5 mil servidores. A MP prevê ainda redução salarial a partir da redução de jornada de trabalho e licença sem remuneração. O PDV é parte do plano de terceirização dos serviços públicos sob o falso discurso de contenção de gastos. O Sintsep-Pa junto com a ASIBAMA produziu uma cartilha sobre a MP 792. Outro ataque a vista é o PLS da demissão da qual fala o texto da pagina 02

REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 287):

A menina dos olhos dos políticos e dos empresários segue em



tramitação no congresso e visa destruir com a Previdência social pública. Recentemente a CPI da Previdência publicou um relatório comprovando que a Seguridade social não é deficitária, mostrando mais uma vez que o interesse do governo nada tem a ver com “Salvar o país da crise”.

CORTES DE VERBAS E PRIVATIZAÇÕES

Além de não abrir negociações salariais e proferir ataques diretos ao funcionalismo federal,

a situação dos serviços públicos é de precarização total. A aplicação Reforma fiscal provoca um cenário e terra arrasada. Inúmeros órgãos e universidades estão sem verbas para terminar o ano devido à aplicação. O IBAMA SP assim como vários institutos nacionais de pesquisa, dentre eles o museu Emílio Goeldi correm o risco de fechar as portas, enquanto isso o governo quer privatizar portos, aeroportos, a Eletrobrás e até mesmo a Casa Da Moeda.

DÍVIDA PÚBLICA

A raiz da alegada crise no Brasil decorre do fato dos sucessivos governos continuarem mantendo o pagamento da Dívida Pública. Em 2016, dos R\$ 2,572 trilhões do OGU executados, 43% foi destinados aos banqueiros. A previsão em 2017 é R\$1,7 trilhão seja destinado a despesas com juros e amortização da dívida pública. Todos os “ajustes” aplicados pelos governos sobre os serviços públicos têm como objetivo retirar dinheiro da sociedade e transferir para os banqueiros, cuja insaciabilidade é infinita. Não é à toa que esses governos colocam à frente do Ministério da Fazenda ou do Banco Central executivos ligados aos interesses do mercado financeiro e acionistas de Bancos privados, como Henrique Meireles (sócio do Bank of Boston, ministro de Temer e ex-ministro do Lula).

VENEZUELA

Na Venezuela, Nicolás Maduro leva adiante uma política econômica desastrosa que cria uma tragédia humanitária em que o povo sofre pela falta de alimentos e remédios. Essa grave crise social é resultado da opção de Chavez e Maduro em manter o Estado refém das regras da OMC e em continuar pagando a dívida pública, não expropriar o latifúndio, não estatizar as empresas privadas além de outras medidas econômicas. Não podemos apoiar esse governo, muito menos a oposição de direita que quer chegar o poder para saquear o país, o Sintsep-Pa apoia os trabalhadores venezuelanos e sua luta para construir uma alternativa de esquerda que tire o seu país da crise.

DELIBERAÇÕES DO FONASEFE

#Paralisação Nacional no dia 14 de Setembro.

#Mobilização a partir dos estados com convocação de assembleias por categorias, Organizar fórum estaduais e municipais dos servidores nos estados revogação da EC 95.

#Exigir das centrais sindicais uma nova greve geral

#Construir o Dia Nacional de Luta em Brasília se houver votação da Reforma da Previdência.

PAUTAS

Revogação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da Reforma Fiscal (EC 95)

Revogação da Terceirização (Lei 13.429,2017) e

Barrar a Reforma da Previdência (PEC 287) e o PDV (MP 792)

Pelo arquivamento do PLS 116/2017 e do PLS 248/1998

Auditoria da dívida pública com participação popular.

OBS: Confira todas as resoluções do FONASEFE em nosso site: www.sintseppa.org.br

SOBRE A SUPOSTA AÇÃO DE FGTS

Circularam no Whatsapp, mensagens de um suposto advogado da Bahia, prometendo resgatar judicialmente o FGTS “sonogado” desde 1990 aos servidores do Ministério da Saúde que entraram como celetistas no serviço público antes de 05/10/1988. O valor aproximado seria de R\$250.000,00. Em Parecer Técnico, nossa assessoria jurídica considera que isso é im procedente e perigoso e orienta que **NENHUM SERVIDOR ENTRE COM ESSA AÇÃO**. Veja os motivos:

1- Não existem decisões no STF, STJ ou TST sustentando tal ação. Aliás, a jurisprudência é no sentido contrário: entende que, após a mudança de regime celetista para Estatutário em 1990, os servidores públicos federais não tem mais direito a recolher e receber o FGTS, por força da constituição e da Lei 8112/90.

2- Sobre a **Súmula 43** citada no e-mail, esclarecemos que seu texto não garante FGTS. Pelo contrário, a súmula quer impedir que cargos Celetistas sejam transformados em estatutários, o que prejudica muitos servidores, como os anistiados por exemplo. Além do mais, a súmula 43 difere de uma jurisprudência.

Uma súmula é uma decisão de 3 ministros, faltando mais 7 para o assunto virar jurisprudência.

3- Existe ainda uma divergência quanto à prescrição para recebimento de FGTS: tem juiz que defende que prescreve em 30 anos; outros dizem que prescreve em 5 anos dependendo de cada caso. Ou seja, mesmo que a justiça considere o servidor como celetista, ela pode entender que este mesmo servidor já “perdeu o prazo” para retirar a maior parte do suposto valor a ser recebido.

4- Não procede a informação de que milhares de servidores já ganharam tal ação. Consultamos o coletivo de advogados da CONDSEF que congregam advogados do País inteiro, e esta não é uma ação que está sendo discutida nesse coletivo. Qualquer ação que esteja sendo acatada pelos tribunais, ou mesmo que tenha razoável chance de êxito na justiça, o SINTSEP e a CONDSEF estarão informando a toda base do SINTSEP-PA.

Considerando-se as novas regras aprovadas pelo PLC 38, os efeitos aos servidores que entrarem com essa ação pode ser muito danoso: caso voltassem à condição



de celetistas poderiam também ser alcançados pela famigerada REFORMA TRABALHISTA, sem hora extra, sem férias, sem estabilidade.

Nossa opinião é que de que esta ação busca captar documentos e autorização (procurações) para fins que não estão claros, tenta arrecadar dinheiro a título de adiantamento de honorários (os tais 500,00 reais de entrada), sem nenhuma garantia de que tal ação possa trazer alguma vantagem efetiva para os servidores públicos, além de entupir ainda mais o sempre lerdo poder judiciário.



"Quero parabenizar a direção por essa iniciativa dessa reunião. Pois para mim não deixou dúvidas sobre a questão das ações sobre FGTS. O Advogado Marco Apolo foi muito eficiente nas suas explicações, nos orientou e provou através de leis que realmente não procede o que vinha e vem sendo veiculado por outro advogado sobre suposto valores que temos que receber do FGTS." (Gilvan Morais, filiado de Marabá, em 25/08, por ocasião da visita jurídica naquela Regional em que foi tratada a questão do FGTS)

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS APOSENTADOS

O governo finalmente regularizou o pagamento das gratificações de desempenho nos proventos dos aposentados. Uma conquista relativa que deve ser analisada à luz de nossas lutas recentes. Essa incorporação ocorreu com a assinatura de Acordo entre as entidades sindicais e o governo em 2015 a partir da greve daquele ano. Em 2016 vieram as Leis que determinaram a integralização das Gratificações de Desempenho em 03 parcelas. Essas leis distorceram o acordo ao excluir os aposentados e pensionistas anteriores a 2004 e estabelecer o Termo de Opção. Em 2017, depois de muita enrolação, veio o módulo no Sistema que torna possível o pagamento das gratificações por meio do SIGAC.

De conjunto, apesar de ser o resultado de uma greve, não chega a ser uma estrondo-

sa conquista. O Sintsep-Pa por meio de várias ações, vinha obrigando o governo a reconhecer o direito aos aposentados de incorporar as gratificações de desempenho aos seus proventos em parcela única e retroativamente à data da aposentadoria independente de sua data. O governo vinha perdendo essa batalha no Judiciário. Com o acordo de greve ficou parcelado em três vezes, para alguns aposentados, sem retroatividade e ainda condicionada a um Termo de Opção. Ao sancionar as Leis o governo paralisou as ações, que, em nossa avaliação, seriam bem mais benéficas para os servidores. Em suma: o governo embuti o Termo de Opção de contrabando no Acordo porque estava perdendo as ações judiciais sobre a incorporação de gratificação.

PIS/PASEP

A MP nº 797/2017, alterou as condições de saque das Cotas do Fundo PIS/PASEP por motivo idade, permitindo o saque para homens a partir de 65 anos e para mulheres a partir de 62 anos. Para saber se tem saldo no PIS/Pasep, os servidores e empregados públicos, devem recorrer ao Banco do Brasil.

O calendário de saques começa em outubro, mas ainda será detalhado pelo governo. Em junho de 2016, o saldo médio por cotista era de

R\$ 1.187, sendo que a maioria deles possuía ao menos R\$ 750 a ser resgatado. Na hipótese de crédito automático, o beneficiário poderá solicitar a transferência do valor para outra instituição financeira, em até três meses após o depósito. O Banco do Brasil definirão como será esse procedimento quanto ao PASEP. De acordo com o Ministério do Planejamento, não haverá tarifas para casos em que o servidor não mantiver no BB e, por isso, necessitar de transfe-

rência. Para quem tiver, o crédito será automático conforme cronograma dos bancos.

Independentemente da solicitação do cotista, a partir de outubro os saldos das contas individuais ficarão disponíveis. Na hipótese de morte do titular, o saldo da conta será disponibilizado a seus herdeiros. Lembrando que somente quem foi cadastrado até 1988 possuem cotas individuais no Pasep.

Aconselhamos portanto a

todos/as que se enquadram nas regras acima, após a divulgação do calendário de pagamentos, a procurarem o Banco do Brasil afim de verificar se tem conta PASEP e, se tiver, solicitar o crédito em sua conta corrente ou poupança conforme faculta a lei. A assessoria assim que tiver mais informações acerca destes saques informará a base do SINTSEP/PA.

INOVAÇÕES NO ATENDIMENTO JURÍDICO

Atualmente o Sintsep-Pa conta com uma assessoria jurídica composta de cinco advogados(as) preparados para atender às mais diversas infrações, irregularidades ou ataques cometidos pelo Governo contra o servidor no âmbito do direito administrativo. Atendemos uma média de 35 servidores por dia somente na capital. Por telefone e por meio de visitas jurídicas atendemos 7 regionais e frente aos diversos ataques do governo, a demanda por atendimento aumenta a cada dia. Visando um melhor atendimento, fizemos algumas reformulações no funcionamento dos Plantões.



ASSESSORIA JURÍDICA E FUNCIONARIOS DAS REGIONAIS

REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO!

Está prevista uma reestruturação no espaço físico do setor jurídico, de tal forma que o filiado tenha mais privacidade no atendimento às questões mais sensíveis. O acesso a esse ambiente privado será restrito ao filiados, que serão atendidos mediante o controle de senha e ordem de chamada. Também teremos um ambiente de produção, de acesso exclusivo dos advogados.

HORÁRIOS DE ATENDIMENTO

O atendimento aos nossos filiados público é de **terça a quinta-feira, de 09h00 às 12h00** e a distribuição de senhas será realizada **até as 11h**. Não serão feitos atendimentos fora desse horário. O atendimento jurídico aos filiados será por ordem de chegada.

ATENÇÃO AO DIA DE RETORNO E DOCUMENTOS

Após o atendimento, o advogado definirá se será necessário o retorno do filiado(a) para realizar algum procedimento relativo ao processo e em qual data, evitando deslocamento desnecessário do filiado ao Sintsep-Pa, o que será registrado no Formulário de Atendimento e Retorno de uso do Sintsep-Pa. A entrega de documentos que dependem do "atesto" do advogado que acompanha o processo deverá ser feita nos dias e horário de Plantão jurídico.

SE ORGANIZAR DIREITINHO, CABE TODO MUNDO!:

As orientações dos advogados a nossos filiados nos horários de plantão será preferencialmente presencial no horário de atendimento. O atendimento via telefone a tarde será destinado aos filiados do interior. É importante respeitar os horários e os agendamentos para garantir o atendimento do maior número possível de filiados

REGIONAIS

CAPANEMA
IGARAPÉ-AÇU

ALTAMIRA

TUCURUÍ

As intensas lutas travadas pelo Sintsep-PA contra as reformas de Temer não seriam completas sem o efetivo envolvimento de cada filiado de nossas regionais, que estiveram na linha de frente no processo de mobilização. Altamira, Santarém, Marabá, Itaituba, Capanema e Bragança, Conceição do Araguaia e Redenção foram algumas cidades em que o Sintsep-PA,

por meio de suas direções locais, participou da construção de manifestações e greves contra o pacote de maldades de Temer e seus aliados.

As regionais também tem tido participação ativa nos eventos nacionais, dos quais o Sintsep-PA participa, como o III Seminário do Muda Condsef, ocorrido em março deste ano em Fortaleza; as plenárias nacionais da

Condsef/Fenadsef (a mais recente ocorreu em 14/06); e mais recentemente participaram da Reunião Ampliada do Fonasefe, para o qual foram enviados 12 representantes, sendo pelo menos um de cada regional, como uma ótima oportunidade de formação política e informação sobre temas importantes a serem repassados à categoria.

Além das lutas contra as reformas, nossas regionais mantiveram um calendário regular de visitas da direção do Sintsep-PA e de sua assessoria jurídica ao longo do primeiro semestre. Altamira, Santarém, Marabá, Itaituba, Capanema, Igarapé-Açu, foram algumas das cidades visitadas. Este calendário ainda se estendeu durante todo o mês de agosto.

INAUGURAÇÃO DA SEDE DAS ILHAS

Na inauguração da nova sede da Regional das Ilhas em Cametá, foi realizada reunião com algumas lideranças, uma festa de inauguração, além de plantão de atendimento jurídico nos dias 17 e 18 de agosto. Na ocasião foram feitas 6 novas filiações e atendidos mais de 20 filiados pela nossa assessoria Jurídica.

Num clima de muita empolgação, os Diretores e delegados de base pediram ao Coordenador Geral, Gerson Lima, que voltasse à regional em breve. Em setembro a Regional das Ilhas tem a seguinte programação: **no dia 21** a assessoria jurídica vai fazer plantão de atendimento aos filiados de Cametá e **no dia 22** o atendimento jurídico é aos filiados dos municípios do entorno de Cametá. Já no dia 23 de setembro será realizada a plenária da Regional das Ilhas, com representantes de servidores de Cametá e desses oito municípios do entorno.



SOLIDARIEDADE AOS SERVIDORES PEDRO LEAL E TÁBATA MORELO



Foto: Palestina Israel

No dia 18/08 o professor da UFOPA Pedro Leal e sua esposa, Tábata Morelo, servidora da Funai (ambos filiados ao SINTSEP-PA) foram vítimas de violência policial na vila balneária de Alter do Chão. Tábata foi cercada pelos policiais sob a acusação de “consumir bebida alcoólica ao lado dos filhos” e Pedro, ao sair em defesa de sua esposa, foi agredido fisicamente e preso, numa atitude desproporcional por parte da PM.

Cabe ressaltar que não havia nenhum membro do conselho tutelar durante a abordagem e que o Estatuto da criança e do adolescente não proíbe o consumo de álcool na presença de crianças. O desrespeito e o autoritarismo da PM mostrou mais uma vez sua face, dessa vez contra dois de nossos filiados que nada faziam além de aproveitar um momento de lazer ao lado dos filhos. O Sintsep-Pa repudia essa abordagem truculenta e nossa assessoria vai apresentar denúncia à Ouvidoria da PM contra os policiais envolvidos no caso.